



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 40/2021

DATA DA CORREIÇÃO VIRTUAL: 05/10/2021

PROCURADORIA DE JUSTIÇA: 9ª Procuradoria de Justiça

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

CÂMARA A QUE É VINCULADA: Câmara Criminal

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	12 de maio de 1982
1.2 Data de nomeação na Procuradoria de Justiça	05 de outubro de 2009
1.3 Atribuições	Procuradora de Justiça
1.4 Exerce outra função/atribuição junto à Administração Superior ou aos Órgãos que compõem o MPSE?	Sim (x) Não () Em caso positivo, especificar: Membro do Conselho Superior
1.5 Reside na unidade de Lotação?	Sim (x) Não () Em caso negativo, indicar ato que autoriza: _____
1.6 Endereço Residencial	Rua José Leite Prado, nº 410, Condomínio Horizonte Residence, apto. 701, bairro Atalaia, CEP 49.037-380, Aracaju/SE
1.7 Exerce o Magistério	Sim () Não (x) Em caso positivo, especificar a(s) entidade(s) de ensino, carga horária e se exerce algum cargo administrativo: _____ _____
1.8 Férias/Licenças/Afastamentos	Período de férias do último ano: Férias: 23/08 a 01/09/2021 Férias: 07 a 21/01/2021 Férias: 14 a 23/09/2020 Período de outros afastamentos do último ano: Licença por luto: 3 a 10/09/2021 (Portaria nº 1764/2021) Licença em caráter especial: 10 a 29/05/2021 (Portaria nº 927/2021) Licença para tratamento da própria saúde: 22 a 28/4/2021 (Portaria nº 804/2021)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 - Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel: 79-3209-2400 - Aracaju/Sergipe - CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Folgas compensatórias 2021: 02/09/2021 Abonos 2021: 13 e 14/09/2021; 16 e 17/09/2021. Folgas compensatórias 2020: 24 e 25/09/2020. Abonos 2020: 11 e 13/11/2020; 28 e 29/09/2020.
1.9 Observações Gerais	A licença em caráter especial foi utilizada para conclusão da dissertação do mestrado, apresentada virtualmente em 22/07/2021. Por meio do GED nº 20.27.0060.0000062/2021-86 foi encaminhada cópia do trabalho ao Presidente Colendo Conselho Superior. Aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público na 15ª Reunião Ordinária, ocorrida em 12 de agosto de 2021.

2) DADOS DA PROCURADORIA E DO TRABALHO REMOTO

2.1 Servidores	Andréa Maria Prata Martins (assessora/comissionada) Renata Pereira Dantas (assessora/comissionada) Roberta Sandra Reis Barreto (assessora/efetiva)
2.2 A estrutura de apoio é	(<input checked="" type="checkbox"/>) Satisfatória (<input type="checkbox"/>) Insuficiente Observações:
2.3 O atendimento ao público é realizado por intermédio de quais meios?	(<input checked="" type="checkbox"/>) telefone (<input checked="" type="checkbox"/>) e-mail institucional
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	De acordo com o funcionamento da instituição, garantindo-se abertura ininterrupta da unidade.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	De segunda a sexta-feira.
2.6 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	Não existe uma frequência regular semanal. A demanda é variável.
2.7 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>)
2.8 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Procuradoria	(<input checked="" type="checkbox"/>) Ofícios recebidos. (<input checked="" type="checkbox"/>) Ofícios expedidos. (<input checked="" type="checkbox"/>) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria Geral de Justiça, Corregedoria Geral e Coordenadoria Geral. (<input checked="" type="checkbox"/>) Controle de atendimento ao público. (<input checked="" type="checkbox"/>) Peças Processuais elaboradas na Procuradoria. (<input checked="" type="checkbox"/>) Livro de carga/protocolo. (<input type="checkbox"/>) cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP. (<input type="checkbox"/>) Outros. Especificar: _____
2.9 Observações Gerais/ Dificuldades	

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

enfrentadas na execução do teletrabalho

3) ATUAÇÃO JUDICIAL – Análise Quantitativa (Estatística do Cartório do 2º Grau)

TABELA 01 – (Dados referentes aos últimos 6 meses)

Processos Recebidos	487
Processos Devolvidos	467
Manifestações de Mérito	330
Contrarrazões	79
Cotas pela Não Manifestação do MP	0
Diligências	19
Cotas pela Redistribuição	12
Cientes	17
Recursos Interpostos	0
Outras Manifestações	10
Designações para participar de Sessões nas Câmaras/Pleno do TJSE	26/01/2021 05/03/2021 16/03/2021 23/04/2021 11/06/2021 22/06/2021 09/07/2021 10/08/2021 13/09/2021 01/10/2021 26/10/2021

4) ATUAÇÃO JUDICIAL – Peças analisadas

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Manifestação de Mérito	05	202100300151 202100311371 202100315078 202100322194 202100315967	Pareceres bem elaborados, balizados em teses doutrinárias e jurisprudência de Tribunais Superiores. Aspectos externos padronizados e organizados.
Contrarrazões	06	202000305112 202100307500 202100317902 202100300324	

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 - Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel:79-3209-2400 - Aracaju/Sergipe - CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		202100304567 202100322271	
Cota pela Não Manifestação	-	-	
Diligências	05	202000330939 202100326799 202100304906 202100315394 202100330683	
Recursos Interpostos	-	-	
Outras Manifestações	04	202000334756 202100314038 201900325028 202100301472	

5) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL¹

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
5.1 Exercício da função pedagógica da cidadania²	(x) Sim () Não	Realização de palestra em parceria com a SEDUC, intitulada “Webinar Cultura de paz no ambiente escolar: caminhos e possibilidades”, em 18/02/2021.
5.2 Interação com os membros que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais³	(x) Sim () Não	Atuações com Promotorias de Justiça por meio da COAPAZ, a exemplo de parceria entre a COAPAZ e a 8ª Promotoria da Infância no Projeto Paternidade Responsável. Atuação conjunta com o GAECO em investigações criminais mais complexas, a exemplo do processo nº 201900325028.
5.3 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas⁴	(x) Sim () Não	Enquanto Coordenadora e Membro da COAPAZ, por meio, por exemplo, do Convênio nº 009/2020, celebrado entre o Ministério Público de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe, e do Protocolo Interinstitucional para Difusão da Justiça Restaurativa no Estado de Sergipe; designada pelo Ato nº 279/2021 para participar de audiência de mediação no dia 14 de outubro de 2021, referente ao processo nº 202100123974 (Município de São

¹ Descrever e especificar as atividades desenvolvidas.

² Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

³ Interação com os membros que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, inclusive entre as áreas cível, criminal e as especializadas na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como as diversas unidades do Ministério Público brasileiro, especialmente em demandas urgentes, complexas e de maior repercussão social.

⁴ Provocação e participação nas sessões de conciliação e mediação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		Cristóvão x SINTESE), a ser realizada na sala de reuniões da Corregedoria Geral de Justiça; atividades desenvolvidas pela COAPAZ, conforme detalhado no item “8. Observações gerais”.
5.4 Proatividade na prática de atos extrajudiciais e priorização do trabalho institucional nas causas socialmente mais relevantes	(x) Sim () Não () Não se aplica	Atos extrajudiciais: Designada pelo Ato nº 279/2021 para participar de audiência de mediação no dia 14 de outubro de 2021, referente ao processo nº 202100123974 (Município de São Cristóvão x SINTESE), a ser realizada na sala de reuniões da Corregedoria Geral de Justiça; desenvolvimento de Projeto de Capacitação das redes de apoio (Estado e Município); realização, com a COAPAZ, de círculos de construção de paz com adolescentes das Casas Lares e no Abrigo Caçula Barreto.
5.5 Incentivo ao controle de constitucionalidade⁵	() Sim (x) Não	Não se aplica aos últimos dois anos.
5.6 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(x) Sim () Não	A exemplo dos seguintes processos: Inquérito nº 202000300808 (prefeito de Indiaroba); PIC-MP nº 202100326779 (prefeito do Poço Redondo). Atuava nos processos nº 201700332553 (prefeito de Simão Dias), 201900325028 (prefeito de Carira), 201900319991 (prefeito de Rosário do Catete), 201800301066 (prefeito de Poço Redondo), nos quais, em virtude das últimas eleições, houve perda dos foros por prerrogativa de função por parte de seus detentores. Na Representação nº 201900319991, oferecemos proposta de ANPP, mas pela ausência da parte na audiência previamente designada, não houve tempo para conclusão da transação, dado o recesso forense e, posteriormente, o declínio de competência pela perda do foro por prerrogativa de função pelo agente público detentor.

⁵ Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6) ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS, PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES

A Procuradora de Justiça registrou:

Membro e Coordenadora da Coordenadoria Permanente de Autocomposição e Paz – COAPAZ, Portaria nº 783/2021.

Membro do Conselho Superior para o biênio 2021/2023.

Presidente do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Ministério Público de Sergipe.

Membro da Comissão para elaborar estudos objetivando rever a legislação que trata da sistemática de aferição do merecimento para efeito de remoção e promoção dos membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, Portaria nº 630/2021.

Gerencia o Convênio nº 009/2020, celebrado entre o Ministério Público de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe, para monitoramento das práticas restaurativas e auto-compositivas desenvolvidas pela COAPAZ, bem como a disseminação do acesso à justiça e pacificação dos conflitos através da autocomposição, com organização de cursos, aulas e outras iniciativas de ensino, pesquisa e extensão conjuntas.

Representa o Ministério Público de Sergipe junto à Comissão Executiva de Articulação Institucional do Protocolo Interinstitucional para Difusão da Justiça Restaurativa no Estado de Sergipe, Portaria nº 1696/2018.

Corregedora-Geral do Ministério Público de Sergipe no biênio 2019/2020.

2ª Vice-presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU) para o exercício 2020.

Presidente do Grupo Gestor de Implantação Unificada da Taxonomia, Portaria nº 1.497/2019.

Membro da Comissão para elaboração de estudos de anteprojeto de Lei para atualização e consolidação da Lei Complementar nº 02/1990, Portaria nº 178/2019.

Membro do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, no biênio 2019/2020, Resolução nº 021/2019 – CPJ.

Gerenciou o Convênio nº 13/2019, objetivando a realização de uma turma do Curso de Mediação Judicial para capacitação de 16 servidores.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

A Procuradora de Justiça informou:

Voto de Louvor aprovado, à unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2020, em razão da condução à frente da Instituição como Procuradora-Geral de Justiça Interina no período de 09 a 23 de novembro de 2020.

Medalha de Ordem ao Mérito concedida pelo Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União, em face da valorosa contribuição para as atividades desenvolvidas pelas Ouvidorias do Ministério Público brasileiro, novembro de 2019.

Mestrado em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal. Dissertação intitulada “Justiça Restaurativa: humanizando o olhar institucional sobre o adolescente infrator”, aprovada, por unanimidade, com a classificação de 18 valores, correspondente à menção de excelente, julho de 2021.

Segunda Série do Webinário Resolutividade em 2o Grau - Repercussões nas esferas do MP, promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia. 2021. (Seminário).

Webinário “Cultura de Paz no Ambiente Escolar: Caminhos e Possibilidades”. 2021.

V Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público, promovido pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, do CNMP. 2021. (Seminário).

121ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. 2020. (Outra).

120ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. 2020. (Outra).

119ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. 2020. (Outra).

Encontro “Conversa Autocompositiva com Humberto Dalla: Acordo de Não Persecução Civil”, promovido pelo Ministério Público de Pernambuco, por meio da Escola Superior e do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA. 2020. (Encontro).

Evento “Critérios para determinação da medida socioeducativa: aspectos controvertidos”, promovido pelo Centro Universitário Salesiano, em parceria com IBDCRIA-ABMP 2020. (Outra).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 - Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel: 79-3209-2400 - Aracaju/Sergipe - CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Curso Fundamentos para implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. 2020. (Outra).

Encontro “Conversa Autocompositiva com Juliana Loss”, promovido pelo Ministério Público de Pernambuco, por meio de sua Escola Superior e do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA. 2020. (Encontro).

Conferência on-line “Infâncias, Juventudes e Racismo Estrutural”, promovida pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo em parceria com IBDCRIA-ABMP. 2020. (Outra).

Evento on-line “Justiça especializada para crianças e adolescentes: em nome do quê? Impasses de um modelo e horizontes possíveis”, promovido pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. 2020. (Outra).

WebNINario - Justiça Restaurativa, Métodos Autocompositivos e suas Interfaces com o Ministério Público, promovido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 2020. (Seminário).

Webinário Internacional de Soluções Autocompositivas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul 2020: Distanciamento social e proximidade virtual: transformação de conflitos e construção de paz. 2020. (Seminário).

116ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. 2019. (Outra).

115ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. 2019. (Outra).

1º Congresso Nacional de Direito Consensual no Âmbito do Ministério Público, realizado no Ministério Público do Estado de Pernambuco. 2019. (Congresso).

8) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

A Procuradora de Justiça informou:

Até a última distribuição, conforme Aviso nº 53, de 24 de setembro de 2021, do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, foram distribuídos, no ano de 2021, 170 (cento e setenta) procedimentos ao Gabinete nº 03, de minha relatoria.

Desde a posse como Conselheira do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, em 01/02/2021, até aqui, houve 17 reuniões, todas ordinárias, das quais apenas dei-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

xei de participar, justificadamente, de 4: 8ª Reunião Ordinária (22.04.2021, licença saúde); 10ª Reunião Ordinária (20.05.2021, licença em caráter especial); 16ª Reunião Ordinária (26.08.2021, férias); e 17ª Reunião Ordinária (09.09.2021, licença luto).

Pela COAPAZ, de janeiro até setembro de 2021, foram elaborados e expedidos, 110 (cento e dez) ofícios; 184 (cento e oitenta e quatro) convites; e 79 (setenta e nove) certidões.

Houve 68 (sessenta e oito) mediações; 13 (treze) pré-círculos; e 7 (sete) círculos.

Foi solicitada a intervenção da COAPAZ, nesse período, para atuar em 51 (cinquenta e um) casos novos.

9) REGISTRO FOTOGRÁFICO





MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10) CONSIDERAÇÕES FINAIS DA CORREGEDORIA GERAL

Análise Quantitativa		
	Conceito	
Saldo Processual do Período avaliado*	(X) 0 () 1% a 10% () 11% a 20% () maior que 20%	ÓTIMO
Média Mensal no Período avaliado	78 processos/mês	
Comparecimento nas Sessões de Câmaras/Pleno**	11 designações 11 presenças	ÓTIMO
Análise Qualitativa		
	Conceito	
Manifestações (de Mérito)	ÓTIMO	
Contrarrazões	ÓTIMO	
Diligências	ÓTIMO	
Outras Manifestações	ÓTIMO	

* Razão entre saldo processual em gabinete e total de processos recebidos

** Razão entre Presenças e Designações

Observou-se que, no período avaliado, de fevereiro/2021 a julho/2021, todos os processos recebidos já haviam sido devolvidos.

No dia da correição, os processos que se encontravam em gabinete eram os que tinham sido distribuídos no mês de setembro, não existindo feitos fora do prazo de fechamento da estatística do Cartório da Procuradoria-Geral de Justiça (DOC. 02).

Verificou-se que a atuação da Procuradora de Justiça Dra. Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg não se limita à intervenção processual, atuando também como Membro do Conselho Superior para o biênio 2021/2023; Coordenadora da COAPAZ - Coordenadoria Permanente de Autocomposição e Paz; Presidente do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Ministério Público de Sergipe; Membro da Comissão para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

elaborar estudos objetivando rever a legislação que trata da sistemática de aferição do merecimento para efeito de remoção e promoção dos membros do MPSE.

A 9ª Procuradoria de Justiça estava organizada, com os serviços absolutamente atualizados, com os pareceres devidamente lançados em todos os processos judiciais do mês anterior à correição, não existindo processos há mais de 30 dias em gabinete para manifestação.

Assim, observou-se alto grau de zelo e cuidado na condução dos trabalhos desenvolvidos pela Procuradora de Justiça Dra. Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg à frente da 9ª Procuradoria de Justiça do MP/SE.

Por fim, ressalva-se que os trabalhos correicionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Procuradores de Justiça devem manter os serviços da Procuradoria em dia e organizados.

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento da sra. Procuradora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual nº 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da sra. Procuradora de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aracaju, 08 de novembro de 2021.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes
Corregedor-Geral do Ministério Público